ENSINO DE FITOTERAPIA NOS CURSOS SUPERIORES EM SAÚDE NO BRASIL: UM OLHAR A HISTÓRIA E CURRÍCULO

Autor(res)

Erlinda Martins Batista
Arão Davi Oliveira

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A fitoterapia, definida como a terapêutica que utiliza plantas ou derivados vegetais cujos constituintes ativos têm origem no conhecimento e no uso popular , possui registros históricos em civilizações milenares como a chinesa, indiana, egípcia e grega. No Brasil, seu uso é um reflexo das influências das culturas africana, indígena e europeia. O vasto conhecimento indígena sobre plantas medicinais foi preservado e transmitido pelos pajés e assimilado pelos colonizadores.
Apesar de ter declinado no século XX com a industrialização e o avanço dos fármacos sintéticos, a fitoterapia ressurgiu nas últimas décadas como prática terapêutica, ganhando espaço na farmácia caseira e entre as "medicinas alternativas". A crescente prevalência do uso e da automedicação com fitoterápicos pela população brasileira reforça a necessidade de regulamentação e validação científica.
Em resposta a essa demanda, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) foi instituída pelo Decreto nº 5.813/2006 e detalhada pela Portaria Interministerial nº 2.960/2006. O objetivo da PNPMF é garantir o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade e o desenvolvimento da cadeia produtiva nacional.
A relevância deste estudo reside na importância de ampliar a visão de gestores, profissionais de saúde e pesquisadores sobre a importância da fitoterapia para a saúde coletiva. A pesquisa busca responder como a trajetória histórica e a evolução conceitual da fitoterapia se materializam na PNPMF e quais os desafios e perspectivas para o seu ensino nos currículos dos cursos superiores de saúde no Brasil.

Objetivo

O objetivo geral deste artigo é discutir o histórico, as políticas nacionais e o currículo no ensino de fitoterapia nos cursos superiores de saúde no Brasil.

Material e Métodos

A pesquisa consistiu em uma análise bibliográfica e documental. Foram utilizados como base os pressupostos de Barros et al. (2019), Alves (2013) e Tomazzoni et al. (2016) para abordar a trajetória histórica da fitoterapia, sua evolução conceitual, a implementação das políticas nacionais e o status de seu ensino.
A fundamentação teórica reconhece a fitoterapia como uma ciência que evoluiu do conhecimento empírico

popular, integrando-se aos avanços e regulamentos científicos. Além disso, a pesquisa apoia-se na premissa de que a integração entre o saber popular e o conhecimento acadêmico é essencial para uma formação abrangente e contextualizada dos profissionais de saúde.

Resultados e Discussão

O ensino de fitoterapia foi introduzido nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Farmácia, Nutrição, Biomedicina, Medicina e Biologia no Brasil. A disciplina de Fitoterapia é obrigatória no curso de Farmácia e faz parte da grade curricular de Nutrição e Biomedicina; no entanto, em Medicina, ela não é obrigatória. Em Biologia, não faz parte da grade curricular da graduação, mas tem carga horária de 360h para Pós-graduação.

Apesar do interesse dos estudantes, o ensino de fitoterapia enfrenta desafios significativos. Há uma lacuna na aplicação prática da fitoterapia nos currículos e uma falta de estudos rigorosos e controlados que comprovem a eficácia das plantas medicinais, o que dificulta sua aceitação pela comunidade médica e científica. A ausência de estudos clínicos controlados impede que a fitoterapia seja amplamente reconhecida e aceita, prejudicando sua integração nos tratamentos médicos convencionais (LIMA et al., 2017).

A integração entre o saber popular e o conhecimento acadêmico é essencial. Kovalski e Obara (2013) destacam que valorizar os saberes populares sobre plantas medicinais enriquece o processo de aprendizagem e potencializa o interesse dos alunos sobre os conhecimentos científicos a serem trabalhados. Mariz (2021) ressalta que essa integração é fundamental para a construção de uma abordagem mais dialógica na graduação em saúde. A experiência de Palmira Sérgio Lopes ("Dona Palmira") exemplifica essa integração, ao contribuir para a valorização das práticas tradicionais de saúde (TEIXEIRA, 2011).

A iniciativa Farmácia Viva, idealizada por Francisco José de Abreu Matos na década de 1980, exemplifica a integração entre o conhecimento popular e o científico, buscando transformar o saber popular em conhecimento acadêmico estruturado (BANDEIRA, 2015; MATOS, 2018).

Metodologias inovadoras têm sido exploradas, como o uso de redes sociais para disseminação de informações científicas, sendo uma ferramenta poderosa para o alcance da educação em saúde (RUFINO et al., 2021). Machado (2021) relata a importância de integrar conhecimentos científicos à experiência prática, como no ensino de funções orgânicas a partir da análise de princípios ativos de plantas medicinais e a interação com idosos para compartilhar conhecimento tradicional. Arão (2018) argumenta que a abordagem por competências deve ser central, promovendo o aprendizado teórico e o desenvolvimento de habilidades práticas.

Conclusão

O ensino de fitoterapia, que combina a medicina tradicional com o rigor científico , tem ganhado destaque. A pesquisa aponta que, apesar da introdução em cursos de saúde e do interesse estudantil, a formação ainda não é robusta, sendo necessária uma reformulação curricular para incluir a área de forma mais consistente e científica. A PNPMF e o ensino de fitoterapia oferecem a oportunidade de formar profissionais de saúde mais preparados para lidar com as necessidades contemporâneas, tratando a fitoterapia como uma disciplina que exige compreensão profunda de sua eficácia, segurança e mecanismo

Agência de Fomento

CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Referências

ALVES, L. F. Produção de fitoterápicos no Brasil: história, problemas e perspectivas. Revista Virtual de Química, v.

5, n. 3, p. 450–513, 2013.
ARÃO, Luis Carlos. Estratégias Didáticas para o Ensino de Fitoterapia. 2018.
BANDEIRA, M. A. M. Farmácias Vivas do Ceará: histórico e evolução. Revista do Farmacêutico, Conselho Regional de Farmácia do estado de São Paulo, abr./mai., p. 46 47, 2015.
BARROS, M. et al. Inserção do conteúdo fitoterapia em cursos da área de saúde. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 43, n. 2, 2019.
BRASIL. Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006. Regula a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a promoção do uso de produtos orgânicos, e dá outras providências.
BRASIL. Decreto nº 5.813, de 7 de junho de 2006. Dispõe sobre a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.
CZERMAINSKI, Sílvia Beatriz Costa; DRESCH, Roger Remy; SPERRY, Ângela. Conceitos e referências em plantas medicinais: contribuição à implantação da fitoterapia no SUS. Brazilian Journal of Health Review, v. 4, n. 5, p. 21552-21568, 2021.
KOVALSKI, M. L.; OBARA, A. T. O estudo da etnobotânica das plantas medicinais na escola. Ciência & Educação, v. 19, n. 4, p. 911-927, 2013.
LIMA, G. S.; SILVA, M. S.; SOUZA, M. F. Fitoterapia: uma alternativa terapêutica no tratamento de transtornos de ansiedade. Revista Brasileira de Terapias Complementares, v. 23, n. 2, p. 45–52, 2017.
MACHADO, M. M. O Ensino de Funções Orgânicas a partir da Análise de Estruturas de Princípios Ativos Encontrados em Plantas Medicinais: Uma Abordagem Científica com a Inclusão Social da Terceira Idade e o Seu Respectivo Conhecimento Popular sobre a Fitoterapia. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2021.
MARIZ, M. As conexões de saberes em fitoterapia, na educação tutorial. Revista de Ensino de Ciências e Matemática, v. 12, n. 1, p. 45-58, 2021.